

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, tendo pedido suspensão de mandato no período de 4 a 8 de julho de 2012, pelo que foi substituída pelo Sr. Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho saiu da reunião pelas 10:40 h, para participar numa reunião na Escola onde leciona, não tendo regressado.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

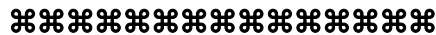
#### ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 937/12 – PC N.º 418/11 – MANUEL SIMÕES CARVALHO
2. REQ. N.º 600/12 – PC N.º 453/11 – ELCA SOFIA RINO DOS SANTOS
3. REQ. N.º 973/11 – PC N.º 413/11 – ELÍSIO FERNANDO MENINO SANTIAGO LOPES
4. REQ. N.º 1073/12 – PC N.º 294/05 – OSVALDO SÉRGIO GOUVEIA PARREIRA
5. REQ. N.º 1091/12 – PC N.º 187/08 – MARIA LUIZA FERNANDES AGOSTINHO CASTANHEIRA COSTA

6. REQ. N.º 998/12 – PC N.º 308/07 – NOMA – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.
7. REQ. N.º 4127/07 – PC N.º 634/07 – CARLOS ALBERTO SILVA PINTO
8. 8ª MODIFICAÇÃO - 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012
9. **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO REPORTADO A 31.12.2011**
10. PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
11. REDUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.
12. PROCESSO DISCIPLINAR PD/1/JA/2012 – APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL
13. APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA DEDIS – CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO SOCIAL – AMÍLCAR MANUEL MATOS SARAIVA – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – NOTIFICAÇÃO AVULSA.
14. PROJECTO DE DECISÃO DE ORDEM DE REMOÇÃO DE SUPORTE PUBLICITÁRIO INSTALADO NA VIA PÚBLICA EM DESACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO, FRENTE AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “ RESTAURANTE, CAFÉ, SNACK BAR O TELHEIRO”, SITO NA LOJA N.º 1, LOTE 7 DA AVENIDA MARGINAL, FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA, PROPRIEDADE DE MANUEL & NATÁLIA SIMÕES, LDA.
15. “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DE FONTE SANTA – MARINHA GRANDE - CP 07/10 DIRM)” TRABALHOS A MENOS
16. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/10 (DEEM) - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS
17. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

18. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
19. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO.
20. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE GARAGEM DEVOLUTA EFETUADO POR INQUILINA CAMARÁRIA: MARIA HELENA MARQUES CANTANTE, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 4.º FRENTE ESQUERDO, CASAL DE MALTA.
21. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE GARAGEM DEVOLUTA EFETUADO POR INQUILINA CAMARÁRIA: AUGUSTA DE JESUS QUEIMADELAS, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA
22. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA AUGUSTA DE JESUS HILÁRIO QUEIMADELAS PARA A FRACÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.º ESQUERDO DO BLOCO M DA AVENIDA DA LIBERDADE, POR MOTIVOS DE SAÚDE E ADEQUAÇÃO DA DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR À TIPOLOGIA HABITACIONAL.
23. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARIA CAPITOLINA LOURENÇO DA HABITAÇÃO N.º 30 DA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE PARA A N.º 96 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVO DE IDADE E DE SAÚDE.
24. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARIA ALICE DE JESUS DA HABITAÇÃO N.º 82 DA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE PARA A N.º 105 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVO DE IDADE E DE SAÚDE.
25. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE PAULO ALEXANDRE CALADO GRÁCIO, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 3.º FRENTE ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO: SILVINA RODRIGUES CALADO.
26. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO AO MUSEU DO VIDRO POR PARTE DA ARTISTA PLÁSTICA LÚCIA SEABRA.
27. CEDÊNCIA DE FRAÇÃO SITA NO RÉS DO CHÃO DIREITO DO BLOCO 46 DA RUA DA CHARNEQUINHA À S. SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA, I.P.S.S. – EM REGIME DE COMODATO, PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE CONVÍVIO PARA IDOSOS E LOJA SOCIAL
28. RESUMO DE TESOURARIA

## 29. ATENDIMENTO PÚBLICO



### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação, fora da ordem do dia, de cinco assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.
  
- O **Sr. Presidente** prestou as seguintes informações:
  - ⇒ Descarga na Ribeira dos Milagres – deu a conhecer a pasta com as cartas endereçadas a várias entidades, nomeadamente ao 1.º Ministro, à Ministra do Ambiente, aos Deputados à Assembleia da República pelo círculo de Leiria, sobre a descarga efetuada este fim de semana;
  - ⇒ Lei dos Compromissos – deu a conhecer a notícia relativa aos autarcas do Médio Tejo, de vários quadrantes políticos, que votaram por unanimidade uma resolução sobre esta lei;
  - ⇒ Estádio Municipal – entregou, para consulta, uma pasta com todas as faturas de gás e luz e os cálculos, a preços atuais, de tudo o que a União de Leiria SAD investiu no Estádio Municipal.
  
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ União de Leiria – aquilo que temos vindo a pedir são as despesas de investimento e despesas correntes, ou seja, um documento que tenha plasmado, de forma organizada, todos os dados, e que os Vereadores da oposição possam levar consigo, sob a forma de relatório. Apresentar um dossier com todas as faturas é quase ofensivo para os Vereadores da oposição. Os dados têm que vir em documento organizado, e não fornecidos de forma dispersa.

Aquilo que perguntámos e pedimos foi:

- O que é que a União de Leiria investiu no Estádio?
- Quais as despesas de investimento e correntes enquanto a União de Leiria permaneceu no Estádio?
- Resposta à auditoria aprovada em reunião de Câmara.

O que foi apresentado parece-lhe uma relação de bens que a União de Leiria deixou no Estádio e que em caso de penhora apenas estão à guarda da Câmara.

⇒ Alargamento das carreiras da TUMG – gostaria de saber como está a situação, pois tinha ficado para abril.

⇒ Grandupla – quais os últimos contactos mantidos com os trabalhadores, face à situação difícil que se vive na empresa e às irregularidades no despedimento, pois segundo parece não haverá qualquer intenção de pagar indemnizações.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:

⇒ Despesas com o Estádio Municipal – entende que quando um Presidente é eleito para gerir o dinheiro dos outros deve apresentar os assuntos com toda a transparência, pelo que não ficava nada mal apresentar, com esta pasta, um relatório, sintético mas elucidativo do que se gastou.

⇒ Municípios – traz 3 preocupações que lhe foram apresentadas por municípios, mas quer deixar claro que apenas é o nuncio, o mensageiro dessas mesmas preocupações.

1. Zona Industrial – os industriais dizem que as obras não são eficientes e eficazes e não servem os seus interesses e os dos utilizadores da Zona Industrial;
2. Bairro social da Moita – consta que haverá tentativas de acabar com o bairro, destinando uma fração a uma instituição social;
3. Arranjos em S. Pedro de Moel – os passeios, com as sardinheiras, estão bonitos, mas é uma obra que exige muita manutenção, pelo que julga que numa época de crise talvez se pudesse fazer uma obra com custos mais moderados e pensando no futuro, com menos manutenção.

⇒ Antes de terminar a sua intervenção, o Sr. Vereador dirigiu-se aos representantes da imprensa presentes nesta reunião pública, pedindo-lhe que reproduzam tudo aquilo que é dito por todos os intervenientes.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança** referiu que já se interrogou na tentativa de saber qual a eficiência e benefícios das obras da Zona Industrial e ainda não descobriu quais os benefícios em termos de eficiência, para além do que é visível de melhoria do piso. Ir à rotunda representa mais 500 metros para cada lado, não é

nada de mais e talvez seja benéfico por impedir acidentes. Contudo se o benefício que dali advier for só este é muito baixo em termos de custos/benefícios.

▪ O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Fez entrega do requerimento da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Alexandra Denqucho relativo ao pedido de suspensão de mandato no período de 4 a 8 de julho de 2012;
- ⇒ Referiu que terá que abandonar a reunião pelas 10:40 h, para participar numa reunião na Escola onde leciona e à qual não pode faltar, a menos que apresente atestado médico;
- ⇒ Verificou que está agendado o assunto relativo à redução do n.º de lugares de estacionamento pago, esclarecendo deste modo o “mal entendido” e acautelando a dignidade do órgão Câmara Municipal;
- ⇒ União de Leiria – reagiu à forma como o Presidente da Câmara deu a informação, solicitando cópia de todos os documentos da pasta relativa às despesas e do relatório com os cálculos, pedindo que fique tudo mencionado em ata,

O Sr. Vereador Dr. António Santos também pediu cópia dos referidos documentos.

Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho referiu que os Vereadores sempre alertaram para as dúvidas que tinham em relação ao facto de estarem ou não acautelados os legítimos interesses da Câmara e que se trata de um assunto do domínio público, que todos os marinhenses querem ver esclarecido, e que nós, como seus representantes, temos obrigação de acautelar. Relembrou também aquilo que propôs na reunião extraordinária sobre este assunto e da conclusão a que se chegou para clarificar tudo, com a realização de uma chamada “auditoria interna”, e agora é confrontado com uma pasta. Por lhe parecer que o executivo não quer ou não é capaz de entregar um relatório esclarecedor, claro e transparente é que pediu cópia de todo o dossier apresentado pelo Presidente da Câmara, uma vez que isso não responde de forma alguma ao que aqui foi solicitado e não é a forma correta de lidar com este assunto.

Contudo, e por temer que este “confronto” entre os vereadores da oposição e o Presidente da Câmara apenas sirva para alimentar mais notícias e bloqueios, e não para esclarecer os factos, **retira o pedido de cópia dos documentos constantes da pasta e pede que na próxima reunião seja presente um relatório claro e transparente com os seguintes dados:**

- Que custos teve para a Câmara a vinda da União de Leiria para o nosso Estádio;
- Que pessoal da Câmara esteve envolvido;
- Quais as mais valias e benfeitorias que advieram desta utilização;

- O “negócio” teve ou não um saldo positivo. Por julgar que talvez seja difícil quantificar algumas receitas, nomeadamente da publicidade, pede que pelo menos se elenquem numa listagem, para que se encerre de vez com este assunto.

Apesar de caber ao Presidente da Câmara responder a estas questões, justifica-se que dê instruções aos serviços para que elaborem este relatório.

▪ Relativamente às questões colocadas o **Sr. Presidente** respondeu o seguinte:

- ⇒ Grandupla – recebeu uma funcionária (D. Conceição) e o Dr. Luís Coimbra, mandatados pela Administração, que dizem que a empresa está em processo de revitalização. O SINDEQ também vai avançar com uma ação em Tribunal, porque desde 2009 que as quotas dos trabalhadores não são entregues e não têm sido recebidos pela Administração.
- ⇒ União de Leiria – referiu que transparente sempre o foi, e que em relação a este assunto não tem nada a esconder. Recebeu ontem o atual Presidente da SAD da União de Leiria, o clube ainda não acabou e querem inscrever uma equipa numa divisão secundária.
- ⇒ Obras na Zona Industrial – este projeto foi muito acompanhado, foi tudo discutido com os industriais e foram feitas reuniões com os técnicos. Este é o foco de maior sinistralidade no nosso concelho, conforme alertam a GNR e a PSP. Em relação à rotunda havia uma impossibilidade técnica de a fazer na entrada, pois não cabia lá.
- ⇒ Lei dos compromissos – respondeu ao Sr. Vereador Dr. António Santos, referindo que este não é um assunto do PS mas de autarcas de todos os quadrantes políticos.
- ⇒ Estádio – referiu que concorda em parte com o que o Dr. Alberto Cascalho disse, pois pensava que a listagem respondia ao que foi pedido. Este trabalho tem que ser feito pela Divisão Financeira, que todos os meses tem de prestar informações a diversos organismos.

Depois de consultar a pasta a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** referiu que todos os documentos constantes da mesma se referem ao gás e eletricidade e estão relacionados no resumo apresentado.

Na sequência da discussão sobre a Lei dos compromissos e o endividamento dos Municípios, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** disse que não gosta de comparações com outras Câmaras, tendo pedido que fique em ata que o Presidente da Câmara disse que *“não entreguei a chave da Câmara porque o meu partido não deixou”*. Julga que o partido não foi escolhido pelos eleitores mas sim o candidato Álvaro Pereira, Paulo Vicente e Cidália Ferreira, e não é o estado-maior do PS que manda nos destinos da Câmara Municipal da Marinha Grande.



- Sobre os assuntos indicados o **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu o seguinte:

⇒ Obras na Zona Industrial – o Sr. Vereador fez um breve historial da obra, desde a elaboração do projeto passando pelas cedências necessárias. Em setembro de 2011 reuniu-se com a Proteção Civil, Bombeiros e PSP, para tratar da chamada de atenção para o foco de sinistralidade, e em janeiro de 2012 fez uma reunião com os industriais. É verdade que esta solução faz andar mais metros mas traz mais segurança.

⇒ S. Pedro de Moel – o muro estava sem suporte nos alicerces, e o que foi feito foi para servir de contraforte ao muro, tendo depois sido aproveitado, esteticamente, para fazer um canteiro. Este arranjo só foi feito por questões de segurança e tudo feito com trabalhadores da Câmara.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** colocou as seguintes questões, que pretende ver respondidas:

1. Já foi iniciada a auditoria interna aprovada em reunião de Câmara, e em caso positivo quando é que foi iniciada?
2. Quem é o técnico da Câmara responsável por essa auditoria?
3. A Câmara está a tomar medidas para receber o dinheiro do POLIS que o Estado deve à Câmara da Marinha Grande?

- Sobre as questões n.ºs 1 e 2 o **Sr. Presidente** informou que serão respondidas na próxima reunião. Em relação à questão n.º 3 informou que enviou ontem uma carta, a questionar se assumem ou não a dívida, pelo que entende que deverá aguardar pela resposta.

No que respeita à notícia que trouxe sobre a Lei dos compromissos, pretendeu apenas demonstrar as dificuldades com que as Câmaras se deparam, que é a impossibilidade legal de fazer seja o que for, e não para fazer comparações com outras Câmaras.

Em relação à entrega simbólica das chaves da Câmara ao Governo, informou que o seu partido, que trabalha em equipa, não concordou com esta medida.

- O **Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança** entende, relativamente ao recebimento das verbas do POLIS, que o Estado, ao não se comportar como pessoa de bem e ao não pagar o que deve, deverá ser tratado como qualquer fornecedor e não lhe repugna nada, se juridicamente for possível, mover-lhe as ações competentes.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

No que respeita à gestão camarária, entende que é perfeitamente normal a auscultação dos partidos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tendo em conta que necessitava de se ausentar da reunião, o Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho solicitou ao Sr. Presidente que o ponto n.º 12 da ordem do dia pudesse ser apreciado e votado de imediato, de modo a poder participar, o que foi por todos aceite.

**12 - PROCESSO DISCIPLINAR PD/1/JA/2012 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL**

**399** - Presente processo disciplinar n.º PD/1/JA/2012 mandado instaurar por despacho do Sr. Presidente da Câmara n.º 9/GP/AP/2012, de 11 de Janeiro.

Concluída a instrução do processo, em 04 de Abril de 2012, foi o arguido notificado pessoalmente da acusação em 12 de Abril de 2012.

Concluída a fase de defesa do arguido e a realização das diligências probatórias requeridas por este, foi elaborado pela Instrutora, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 54.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, o respectivo Relatório Final, composto por 38 folhas e que aqui se dá para todos os legais efeitos como integralmente reproduzido.

**A Câmara Municipal apreciou e no exercício da sua competência conferida pelo n.º 4 do art.º 14.º do Estatuto Disciplinar delibera, fazendo uso do escrutínio secreto previsto na 2ª parte do n.º 4 artigo 90.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**

- 1. Suspender, pelo período de um ano, a pena disciplinar aplicada através da deliberação camarária de 20 de Junho de 2012, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, com 4 votos a favor e 3 votos contra.**
- 2. Notificar pessoalmente o arguido no prazo de 48 horas bem como notificar por carta registada com aviso de recepção a mandatária do arguido e ainda notificar pessoalmente a Instrutora da presente deliberação, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do art.º 57º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.**

Depois de votado este processo, e quando eram 10:40 h, o Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho saiu da reunião, pelos motivos já invocados no início, não tendo regressado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 937/12 – PC N.º 418/11 – MANUEL SIMÕES CARVALHO**

**400** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar e Demolição de uma Edificação Existente*”, localizada num prédio urbano sito na Rua José Moreira, Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
3. **Os muros de vedação deverão executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
4. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
5. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da Autorização de utilização.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 600/12 – PC N.º 453/11 – ELCA SOFIA RINO DOS SANTOS**

**401** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Legalização da Alteração e Ampliação de uma Casa*” existente, localizada num prédio misto sito na Rua 30, Lugar de Lameiro, Freguesia de Marinha Grande, tendo em vista a submissão do conjunto habitacional ao regime de Propriedade Horizontal, por forma a criar duas frações autónomas destinadas a habitação, dispondo a pretensão, do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 792/1977, em nome de Eugénio Henrique dos Santos, referente à obra de “Remodelação da sua moradia”, à qual foi atribuída Licença de Obras n.º 436/1978, de 27/04.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura em referência, com determinadas condições, bem como se encontrarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao regime de Propriedade Horizontal.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **A instalação da bateria do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Deliberou ainda informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 973/11 – PC N.º 413/11 – ELÍSIO FERNANDO MENINO SANTIAGO LOPES**

**402** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Remodelação e Ampliação de uma Habitação Unifamiliar*” existente, localizada num prédio urbano sito na Avenida do Farol, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 790/1952, em nome de Associação Baptista de Evangelismo, referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar*”, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 27/11/1952, à qual foi atribuído Alvará de Licença n.º 28/1953, de 29/01.

Processo Camarário n.º 205/1974, em nome de Associação Baptista de Evangelismo, referente à obra de “*Reparar o telhado das Garagens dos Prédios*”, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 12/03/1974.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
4. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da Autorização de utilização.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N.º 1073/12 – PC N.º 294/05 – OSVALDO SÉRGIO GOUVEIA PARREIRA**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

**403** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia, Garagem e Muro*”, levada a efeito num prédio rústico localizado na Rua José Moreira, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 210/09, de 20/11, prorrogado por despachos datados de 11/02/2011 e 31/08/2011, com termo em 14/02/2012.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anterior (Legalização de Alterações), aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/06/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N.º 1091/12 – PC N.º 187/08 – MARIA LUIZA FERNANDES AGOSTINHO CASTANHEIRA COSTA**

**404** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Habitação*” existente, localizada na Avenida do Farol, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 3/11, de 25/01, com termo em 24/01/2012, com prorrogação válida até 24/07/2012, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, incluindo a reparação integral do pavimento do passeio em toda a zona envolvente do prédio, decorrente da realização da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **6 - REQ. N.º 998/12 – PC N.º 308/07 – NOMA – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.**

**405** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar, Anexo, Garagem e Muros*”, levada a efeito num prédio rústico sito na Estrada de Pero Neto, Lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 78/08, de 31/03, com termo em 26/03/2009, com 1.ª prorrogação válida até 23/09/2009 e 2.ª prorrogação válida até 21/03/2010.

Presentes Projetos de Alterações aos Projetos de Arquitetura e das Especialidades anteriormente aprovados, decorrentes das alterações introduzidas em obra, aprovados por Despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território datado de 20/07/2009, os quais originaram a emissão do Alvará de Licença de Alteração n.º 38/2010, de 24/03, com termo em 20/09/2010.

Presente requerimento n.º 998/12, de 13/06, pelo qual é solicitada “(...) *licença especial para acabamento da obra* (...)”, ao abrigo do n.º 1 do art. 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços, propondo a Declaração da Caducidade da Licença com vista à realização da Operação Urbanística em referência, nos termos da alínea d) do n.º 3 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-

Lei n.º 26/2010, de 30/03, por a referida obra não ter sido concluída no prazo fixado na licença, contado a partir da data da emissão do respetivo alvará, permitindo assim a emissão da licença especial requerida.

Presente parecer dos serviços a enquadrar o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 88.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:**

**1 - Declarar a caducidade da licença para a realização da Operação Urbanística em referência, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art. 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, em virtude da não conclusão das obras no prazo fixado na licença e suas prorrogações.**

**2 – Deferir o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do previsto no artigo 88.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, condicionado à apresentação dos documentos referentes à estimativa orçamental e à calendarização dos trabalhos em falta, por se considerar haver interesse na conclusão da obra, não se mostrando aconselhável a sua demolição por razões económicas e urbanísticas dado que a obra se encontra em avançado estado de execução, e tendo em conta a atual conjuntura económica, atendendo aos custos que uma eventual demolição acarreta, e face ao manifesto interesse da entidade requerente em concluir a obra, para além do impacto urbanístico negativo que um prédio inacabado apresenta.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 4127/07 – PC N.º 634/07 – CARLOS ALBERTO SILVA PINTO**

**406 -** Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício de Habitação Coletiva*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua da Rodela, Lugar de Picassinos, Freguesia da Marinha Grande.

Presentes informações técnicas dos serviços, referindo a desconformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo o seu indeferimento, com base nas razões de facto e de direito patentes nos anteriores pareceres técnicos, comunicados através do Ofício n.º 870/11, de 14/10.



Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou indeferir, nos termos do disposto nos números 4 e 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, designadamente por:

1. A obra ser *“...suscetível de manifestamente afetar... a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens, designadamente em resultado da desconformidade com...a volumetria das edificações...”* existentes na envolvente próxima ao prédio objeto da presente pretensão.
2. Ausência de *“...arruamentos ou de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento...”* constituindo a obra projetada *“...comprovadamente, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas existentes.”*, nomeadamente face à ausência de Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais no arruamento confinante ao referido prédio.

Mais deliberou informar, que foi ultrapassado o prazo concedido ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 870/11, de 14/10, sem que o requerente tenha apresentado qualquer alegação às questões que motivaram o indeferimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 8 - 8ª MODIFICAÇÃO - 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

**407** - Presente proposta da 8ª Modificação - 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2012**, no valor de 192.474,94 euros nos reforços e 2.677.960,32 euros nas anulações;

**2ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2012**, no valor de 225.616,07 euros nos reforços e 2.711.101,45 euros nas anulações;

**1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012**, no valor de 33.015,00 euros nos reforços e 2.548.129,22 euros nas anulações.

**2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2012**, no valor de 178.225,84 euros nos reforços e 159.279,00 euros nas anulações.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na alínea c), do nº 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º do mesmo diploma legal.

A deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Dr. Fernando Esperança, que proferiram a seguinte declaração de voto:

*“A presente modificação e revisão aos documentos previsionais, na nossa opinião, vem consubstanciar as enormes dúvidas e interrogações que tínhamos colocado aquando da discussão e votação destes mesmos documentos.*

*O que agora nos foi proposto é muito mais do que uma revisão orçamental, podemos mesmo dizer que estamos perante uma pulverização dos documentos previsionais considerando os montantes iniciais no que concerne às despesas de capital que rondavam os 16 milhões de euros e considerando ainda que aquilo que agora nos foi proposto foi uma anulação de cerca de mais de 2,5 milhões de euros nas despesas de capital, tal representa um decréscimo de mais de 15%.*

*Esta situação fere completamente aquilo que devem ser os documentos previsionais, e que em nossa opinião devem ser o mais aproximado possível da realidade. Isto já a CDU tinha dito que viria a acontecer, mas dissemos que tal situação se verificaria no fim do ano aquando da análise do grau de execução. Estas mexidas tão profundas em meados do ano, algumas naturalmente explicadas por questões técnicas, outras só têm explicação por má previsão daquilo que se pretendia. Colocam-se-nos sérias dúvidas que esta e outras revisões não pretenderão justificar no fim do ano um grau de execução completamente diferente da realidade.”*

#### **9 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO REPORTADO A 31.12.2011**

**408** - Presente informação n.º SB45/2012 de 31.05.2012 da Área de Finanças, na qual se expõe a necessidade de se proceder à retificação do valor do endividamento líquido do Município da Marinha Grande reportado a 31.12.2011, aquando da prestação de contas da autarquia relativas ao exercício de 2011, cujos cálculos constam dos Documentos de Prestação de Contas de 2011, aprovados na reunião da Câmara Municipal da Marinha

Grande de 26.04.2012, no cumprimento do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sua redação atual, e apreciados na sessão da Assembleia Municipal de 30.04.2012, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, do mesmo diploma.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui:

- a. O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social;
- b. O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

Considerando que nos Documentos de Prestação de Contas de 2011 do Município da Marinha Grande foi incluído um capítulo (capítulo 2.7) referente ao endividamento municipal, no qual se considerou o endividamento das associações de municípios.

Considerando que na data de encerramento das contas de 2011 do Município da Marinha Grande, as associações de municípios em que a autarquia participa, a saber AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria e CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, não possuíam as suas contas encerradas, aquando do cálculo do endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo do Município da Marinha Grande, foram considerados os elementos provisórios remetidos por estas entidades à autarquia em janeiro de 2012, cujos dados reportavam a 31.12.2011.

Considerando que foi reiteradamente requerida a apresentação das contas das entidades participadas até meados de abril de 2012, de modo que os valores constantes das mesmas fossem introduzidos em definitivo na Prestação de Contas do Município da Marinha Grande de 2011, o que apenas se veio a verificar em maio de 2012, data em que foram remetidas a esta autarquia as contas aprovadas da AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria e CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral.

Considerando que, de acordo com informações fornecidas pela DGAL, os limites de endividamento são calculados com base nos documentos de prestação de contas que lhe são remetidos pelas várias entidades.

Considerando que, atento o exposto, se afigura necessário proceder à retificação do valor do endividamento líquido do município da Marinha Grande reportado a 31.12.2011, tanto mais que este corresponderá ao limite de endividamento líquido para o ano de 2012, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, Lei do

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

Orçamento de Estado para o ano de 2012, não sendo necessário retificar o valor do endividamento de médio e longo prazos já que a informação reportada pelas entidades a 31.01.2012, nesta componente, não sofreu alterações com a aprovação das contas da AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria e CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral.

Atento os dados constantes da informação anexa à presente deliberação, o endividamento líquido do Município da Marinha Grande a 31.12.2011 é de 3.939.403,25 euros e não de 3.929.630, 47 euros, como inicialmente apurado.

Presente informação n.ºSB52/2012 de 04.07.2012 na qual se informa que a Direção Geral das Autarquias Locais, de ora em diante designada por DGAL, procedeu no dia 04.07.2012 à publicação dos limites de endividamento para o ano de 2012, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 32/2012 de 13 de Fevereiro, decreto-lei da execução orçamental para o Orçamento de 2012, na qual consta que o limite do endividamento líquido do Município da Marinha Grande para o ano de 2012 é de 3.924.477 euros.

Considerando que se regista uma diferença de (-)14.926 euros entre o montante apurado pela autarquia (3.939.403,25 euros) e o agora publicitado pela DGAL (3.924.477 euros) cumpre informar que a mesma resulta do facto de esta entidade expurgar os montantes contabilizados na conta 27.4.9 – Outros proveitos diferidos para efeitos de apuramento do endividamento líquido, sendo que estes contemplam os valores pagos à autarquia no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular e Alimentação Escolar e que não constituem proveito do exercício de 2011, mas do exercício de 2012, motivo pelo qual são contabilizados na referida conta 27.4.9.

**A Câmara Municipal, após análise do exposto, e no cumprimento da alínea e), do n.º 2, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sua redação atual delibera aprovar a retificação ao valor do endividamento líquido reportado a 31.12.2011, constante dos Documentos de Prestação de Contas de 2011, para o montante de 3.924.477 euros e submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, do mesmo diploma.**

**Mais delibera que os serviços da Divisão de Gestão Financeira notifiquem a DGAL tendo em vista o esclarecimento da diferença aqui reportada no cálculo do endividamento líquido.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

Todos os processos correspondentes a este ponto da ordem do dia foram apreciados e votados no período da tarde.

**10.1 - TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**409** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande para o ano letivo 2012/2013 e respetiva emissão de cartões tipo passe, com o preço máximo de 90.289,15 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Orçamento da Despesa e Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção da despesa relativa ao *“TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LECTIVO 2012/2013”* na classificação orgânica/económica 07/020210, ação do PAM 2012/A/37, e na classificação orgânica/económica 07/020225 do Orçamento da Despesa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do transporte escolar dos alunos do concelho da Marinha Grande para o ano letivo 2012/2013 e respetiva emissão de cartões tipo passe.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande para o ano letivo 2012/2013 e respetiva emissão de cartões tipo passe”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.2 - RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA SOCIAL SITA NA RUA PEREIRA CRESPO, N.º 25, R/C ESQ., MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**410** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da renovação, pelo período de um ano, do contrato de arrendamento da Loja Social sita na rua Pereira Crespo, n.º 25, R/C Esq., Marinha Grande, pelo valor de anual de 2.760 euros, a pagar em duodécimos de 230 euros.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à “*ARRENDAMENTO DE ESPAÇO NÃO HABITÁVEL PARA FUNCIONAMENTO DA LOJA SOCIAL*”, na classificação orgânica/económica 0103/020225 e ação do PAM 2012/A/1.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à renovação do contrato de arrendamento da Loja Social.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “*renovação de contrato de arrendamento da Loja Social pelo período de 1 ano*” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.3 - SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**411** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em



mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013, com o preço base de 77.320,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de “serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.4 - AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA INTEGRADAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**412** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo de 2012/2013 com o preço base de 21.665,85 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que em sede da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais foi proposto o reforço da dotação para a assunção desta despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2012/A/34.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo de 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo de 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais a apreciar na mesma sessão da Assembleia Municipal em ponto prévio a esta autorização.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.5 - SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**413** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto – lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, com o preço base de 15.750,90 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10.6 - SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA A PRESTAR AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**414** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013, com o preço base de 38.069,67 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e**

republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10.7 - SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO E GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**415** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.



Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS — Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens, para o ano letivo de 2012/2013, com o preço base de 23.991,76 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens, para o ano letivo de 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo de 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.8 - SERVIÇOS DE ATIVIDADES LÚDICO - EXPRESSIVAS A PRESTAR AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**416** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de actividades de enriquecimento curricular do ensino de actividades lúdico - expressivas, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria, para o ano lectivo 2012/2013, com o preço base de 60.195,30 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de actividades de enriquecimento curricular do ensino de actividades lúdico - expressivas, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria, para o ano lectivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Serviços de actividades de enriquecimento curricular do ensino de actividades lúdico - expressivas, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria, para o ano lectivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.9 - SERVIÇOS DE ENSINO DE INGLÊS AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**417** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013, com o preço base de 53.253,36 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.10 - SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO E GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

**NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º  
8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**418** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens, para o ano lectivo 2012/2013, com o preço base de 20.439,54 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.11 - SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DA NATAÇÃO AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**419** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, com o preço base de 14.025,96 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS*



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

*NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34.*

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de “*Serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013*” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.12 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PARA OS ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA BOAVISTA, PARA O ANO LECTIVO 2012/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**420** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições, para os alunos do Jardim-de-Infância da Boavista, para o ano letivo 2012/2013, com o preço máximo de 6.800,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“ALIMENTAÇÃO NOUTRAS ESCOLAS - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2012/A/38.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de refeições aos alunos do Jardim-de-Infância da Boavista para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do *“fornecimento de refeições para os alunos do Jardim-de-Infância da Boavista para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.13 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DOS 3.º E 4.º ANOS DA ESCOLA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA VÂRZEA INTEGRADA NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LECTIVO 2012/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**421** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições aos alunos dos 3.º e 4.º anos da escola do 1.º ciclo do ensino básico da Várzea integrada no agrupamento de escolas Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013, com o preço máximo de 18.480,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“ALIMENTAÇÃO NOUTRAS ESCOLAS - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2012/A/38.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de refeições aos alunos dos 3.º e 4.º anos da escola do 1.º ciclo do ensino básico da Várzea integrada no agrupamento de escolas Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

plurianuais relativos à contratação do *“Fornecimento de refeições aos alunos dos 3.º e 4.º anos da escola do 1.º ciclo do ensino básico da Várzea integrada no agrupamento de escolas Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10.14 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DE VIEIRA DE LEIRIA, ESCOLA DA PASSAGEM E ESCOLA ANTÓNIO VITORINO INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**422** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições aos alunos dos Jardins-de-Infância de Vieira de Leiria, Escola da Passagem e Escola António Vitorino integrados no Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, com o preço máximo de 22.300,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“ALIMENTAÇÃO NOUTRAS ESCOLAS - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2012/A/38.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de refeições aos alunos dos Jardins-de-Infância de Vieira de Leiria, Escola da Passagem e Escola António Vitorino integrados no Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do *“fornecimento de refeições aos alunos dos Jardins-de-Infância de Vieira de Leiria, Escola da Passagem e Escola António Vitorino integrados no Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.15 - ALUGUER DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**423** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação da DGF – Divisão de Gestão Financeira na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de aluguer de plataforma

eletrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses, com o preço base de 22.857,50 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa de 23%.

Considerando que em sede da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais foi proposto o reforço da dotação para a assunção desta despesa relativa ao “*ALUGUER DA PLATAFORMA ELECTRÓNICA NO ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA*”, na classificação orgânica/económica 0103/020225 e ação do PAM 2012/A/19

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratação de serviços de aluguer de plataforma eletrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de “*Serviços de aluguer de plataforma eletrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses*”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais a apreciar na mesma sessão da Assembleia Municipal em ponto prévio a esta autorização.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.16 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE MEDIDATA PARA O PERÍODO DE 24 MESES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**



**424** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação da DCCM – Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata, para o período de 24 meses, com o preço base de 20.595,96 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa de 23%, considerando que o contrato em vigor termina no final de Julho de 2012.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

AO SOFTWARE MEDIDATA”, na classificação orgânica/económica 04/020219 e ação do PAM 2012/A/14.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratação de serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata, para o período de 24 meses.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de “*Serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata, para o período de 24 meses*”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10.17 - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2012 E 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**425** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos

em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação da DGF – Divisão de Gestão Financeira na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de auditoria externa às contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013, com o preço base de 24.300,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa de 23%.

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento da despesa do ano de 2012 dotação para a assunção de despesa relativa à “contratação de serviços de auditoria externa às contas do Município da Marinha Grande de 2012 e 2013”, na classificação orgânica/económica 0103/020214.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratação de serviços de auditoria externa às contas do Município da Marinha Grande de 2012 e 2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

**Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de “Serviços de auditoria externa às contas do Município da Marinha Grande de 2012 e 2013”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.18 - CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS PARA BENEFICIÁRIOS DE “CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO” E “CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO+” INTEGRADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**426** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão

deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação da DGRH – Recursos Humanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande, com o preço base de 5.799,60 euros, isentos de IVA.

Considerando que em sede da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa à “*CONTRATAÇÃO DE SEGUROS NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES E RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS*”, na classificação orgânica/económica 0103/0103090103 e ação do PAM 2012/A/135.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “*Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande*” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

**e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais a apreciar na mesma sessão da Assembleia Municipal em ponto prévio a esta autorização.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.19 - SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA - P.A N.º 6/2012-AP/DASUP – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**427** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que a 21 de fevereiro foi publicada a Lei n.º 8/2012 que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, e que a mesma entrou em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação, a saber, 22 de Fevereiro de 2012.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da LCPA, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, se dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da LCPA foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto – lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º 1/94/2012 de 01.02.2012 da DASUP – Divisão de ambiente, serviços urbanos e proteção civil, na qual se manifesta a necessidade da contratação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora, atento o facto do contrato então em vigor terminar a 13.02.2012.

Considerando que por despacho do Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, datado de 13 de fevereiro de 2012, foi determinada a abertura de concurso público, nos termos do disposto no art.º 16.º, n.º1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, para o procedimento de “*Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora*”, com início estimado a 15 de março de 2012 e término a 19 de fevereiro de 2013, com um preço base de 55.478,84 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que no Plano de Atividades Municipais de 2012 estava inscrita dotação na ação 2011/A/5 “*CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA GESTÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS*”, classificação orgânica/económica 11/020224, com vista à assunção da referida despesa.

Considerando que por despacho do Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, datado de 7 de março de 2012, foi determinada a adjudicação da “*Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora*”, à empresa PT-Comunicações, S.A., pelo valor 55.076,99 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a 15 de março de 2012 foi celebrado entre o Município da Marinha Grande e a PT-Comunicações, S.A. o contrato avulso n.º 20/2012 relativo à “*Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora*”, que se anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que os serviços objeto do contrato de *“Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, são essenciais, urgentes e imprescindíveis, designadamente:

- a) para o desempenho das atribuições municipais preceituadas na Lei n.º 159/99 de 14 de setembro.
- b) por permitirem a cobrança de receita municipal proveniente da prestação de serviços nas áreas do abastecimento de água, resíduos sólidos e águas residuais e que a autarquia não pode deixar de efetuar essa cobrança sob pena de por em causa o atraso nos pagamentos, pondo em causa o disposto no art.º 7.º da LPCA.
- c) por a faturação dos serviços referidos no parágrafo anterior ter sido suspensa até à celebração do mesmo, dado que os serviços neste incluídos contemplam a disponibilização de códigos nas faturas que tipificam outras formas de pagamento distintas do atendimento personalizado junto dos serviços camarários.
- d) por se disponibilizarem aos munícipes formas distintas de pagamento que se revelam céleres, eficazes e eficientes.
- e) por estar em causa o cumprimento de obrigações fiscais, nomeadamente a liquidação de IVA.

Considerando que os serviços objeto do contrato de *“Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, são essenciais, urgentes e imprescindíveis e que a não celebração do mesmo determinaria a impossibilidade de cumprimento das atribuições municipais.

Considerando o superior interesse público que decorre da prossecução das atribuições, obrigações e deveres municipais e que o normal desenvolvimento da atividade camarária não poderia ser interrompido pela inexistência de contrato para a prestação serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e



integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora.

Considerando que a 7 de março de 2012 estavam por regulamentar os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e que a regulamentação a que alude o art.º 14.º da LCPA se veio a efetivar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que atentas comunicações efetuadas pela Associação Nacional de Municípios através das suas circulares CIR\_18\_2012\_AS de 21.02.2012, Circular\_20\_2012\_AG de 24.02.2012, que se anexam, é a autarquia informada que a Lei n.º 8/2012 de 21/2 está em vigor desde 22.02.2012 mas que a mesma é inaplicável tendo em conta, nomeadamente, a inexistência de regulamentação.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia, com efeitos retroativos a 7/03/2012, para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.20 - SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - P.A N.º 4/2012-AP/DCCM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**428** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que a 21 de fevereiro foi publicada a Lei n.º 8/2012 que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, e que a mesma entrou em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação, a saber, 22 de Fevereiro de 2012.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da LCPA, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, se dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da LCPA foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto – lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º 1/76/2012 de 23.01.2012 da DCCM – Divisão de Cooperação, comunicação e modernização, na qual se manifesta a necessidade da contratação de serviço de acesso à internet, atento o facto do processo de contratação então em curso terminar a 28-02-2012.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, datado de 03 de fevereiro de 2012, foi determinada a abertura de concurso público, nos termos do disposto no art.º 16.º, n.º1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, para o procedimento de *“Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande”*, para o período de 29 de fevereiro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, com um preço base de 15.210 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que no Plano de Atividades Municipais de 2012 estava inscrita dotação na ação 2012/A/5 *“Internet e fibra óptica para instalações municipais”*, classificação orgânica/económica 0103/020209, com vista à assunção da referida despesa.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, datado de 23 de fevereiro de 2012, foi determinada a adjudicação da “*Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande*”, para o período de 29 de fevereiro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, à empresa OPTIMUS-Comunicações, S.A. pelo valor de 12.158,40 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a 28 de fevereiro de 2012 foi celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Optimus-Comunicações, S.A. o contrato avulso n.º 18/2012 relativo à “*Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande*”, que se anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de “*Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande*”.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que os serviços objeto do contrato de “*Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande*” são essenciais, urgentes e imprescindíveis, designadamente:

- a) para o desempenho das atribuições municipais preceituadas na Lei n.º 159/99 de 14 de setembro.
- b) por permitirem o acesso e tramitação de documentação recebida e expedida por email e pelo sistema de gestão documental da autarquia.
- c) para o cumprimento das obrigações fiscais da autarquia (IVA, CGA, IGFSS, IRS, modelo 10, Imposto de selo e outras).
- d) para o cumprimento do dever de informação preceituado na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais.
- e) por permitirem o acesso à plataforma eletrónica de Compras Públicas utilizada pela autarquia.
- f) por permitirem o acesso ao Sistema Comercial das Águas.
- g) por permitirem o acesso às plataformas de fundos comunitários tendo em vista a gestão das candidaturas em curso.

Considerando que os serviços objeto do contrato de “*Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande*” são essenciais, urgentes e imprescindíveis e que a não celebração do mesmo determinaria a impossibilidade de cumprimento das atribuições municipais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

Considerando o superior interesse público que decorre da prossecução das atribuições, obrigações e deveres municipais e que o normal desenvolvimento da atividade camarária não poderia ser interrompido pela inexistência de contrato para a prestação de *serviços de acesso à internet*

Considerando que a 28 de fevereiro de 2012 estavam por regulamentar os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e que a regulamentação a que alude o art.º 14.º da LCPA se veio a efetivar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que atentas comunicações efetuadas pela Associação Nacional de Municípios através das suas circulares CIR\_18\_2012\_AS de 21.02.2012, Circular\_20\_2012\_AG de 24.02.2012, que se anexam, é a autarquia informada que a Lei n.º 8/2012 de 21/2 está em vigor desde 22.02.2012 mas que a mesma é inaplicável tendo em conta, nomeadamente, a inexistência de regulamentação.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia, com efeitos retroativos a 23/02/2012, para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10.21 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - P.A N.º 15/2012-AP/DCCM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**429** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que a 21 de fevereiro foi publicada a Lei n.º 8/2012 que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, e que a mesma entrou em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação, a saber, 22 de Fevereiro de 2012.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da LCPA, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, se dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da LCPA foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto – lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º 1/257/2012 de 16.03.2012 da DCCM – Divisão de Cooperação, comunicação e modernização, na qual se manifesta a necessidade da contratação de serviços de comunicações fixas para o Município da Marinha Grande.

Considerando que por despacho do Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, datado de 20 de abril de 2012, foi determinada a abertura de concurso público, nos termos do disposto no art.º 16.º, n.º1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, para a *“Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”*, para o período de 24 meses, com um preço base de 36.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que no Plano de Atividades Municipais de 2012 estava inscrita dotação na ação 2011/A/114 *“COMUNICAÇÕES FIXAS EM DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS (ESCOLAS E OUTROS)”* classificação orgânica/económica 0103/020209, com vista à assunção da referida despesa.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, datado de 24 de maio de 2012, foi determinada a adjudicação da *“Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”* às empresas OPTIMUS-Comunicações, S.A. e PT Comunicações, S.A., pelo valor de 13.920,24 euros e de 7.239,12 euros, perfazendo o valor global de 21.159,36 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a 30 de maio de 2012 foi celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Optimus-Comunicações, S.A. o contrato avulso n.º 25/2012 referente à *“Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”*, que se anexa, sendo que, no caso da PT Comunicações, S.A., foi dispensada a celebração de contrato escrito nos termos do disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 95.º do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que os serviços objeto do contrato de *“Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”* são essenciais, urgentes e imprescindíveis, designadamente para o desempenho das atribuições municipais preceituadas na Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, havendo uma impossibilidade do desempenho das mesmas sem comunicações fixas atento o facto de alguns serviços da autarquia, designadamente as escolas e jardins de infância, não possuírem outras formas de contacto com o exterior.

Considerando o superior interesse público que decorre da prossecução das atribuições, obrigações e deveres municipais e que o normal desenvolvimento da atividade camarária não poderia ser interrompido pela inexistência de contrato de serviços de comunicações fixas.

Considerando que a 20 de abril de 2012 estavam por regulamentar os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e que a regulamentação a que alude o art.º 14.º da LCPA se veio a efetivar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que atentas comunicações efetuadas pela Associação Nacional de Municípios através das suas circulares CIR\_18\_2012\_AS de 21.02.2012, Circular\_20\_2012\_AG de 24.02.2012, que se anexam, é a autarquia informada que a Lei n.º 8/2012 de 21/2 está em

vigor desde 22.02.2012 mas que a mesma é inaplicável tendo em conta, nomeadamente, a inexistência de regulamentação.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia, com efeitos retroativos a 20/04/2012, para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da *“Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10.22 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA ARMANDO TORGA ATENTO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A APPACDM E A CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

**430** - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto – lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação I/665/2012 do serviço da DGRH – Divisão administrativa e de gestão de recursos humanos, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições para Armando Torga atento protocolo a celebrar entre a APPACDM e a Câmara Municipal da Marinha Grande, com o preço base de 1.020,33 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento da despesa do ano de 2012 dotação para a assunção de despesa relativa para a assunção da despesa na classificação orgânica/económica 08/020225.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de refeições para Armando Torga atento protocolo a celebrar entre a APPACDM e a Câmara Municipal.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do serviço de *“Fornecimento de refeições para Armando Torga atento protocolo a celebrar entre a APPACDM e a Câmara***



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

***Municipal” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **11 - REDUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.**

**431** - Presente exposição da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, na qual propõe a eliminação de 87 lugares de estacionamento de duração limitada no Parque das Finanças (14 lugares), no Parque da Cerca (58 lugares) e na Avenida da Liberdade (15 lugares).

A proposta de supressão dos lugares de estacionamento de duração limitada resulta da avaliação do período de implementação deste tipo de estacionamento, designadamente da respetiva utilização média.

O anexo I, do Regulamento municipal de zonas de estacionamento de duração limitada do concelho da Marinha Grande, lista as áreas em que vigora este tipo de estacionamento pago.

Cabe a esta Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos (artigo 64.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Considerando que a experiência adquirida permite introduzir melhorias no quadro da gestão do estacionamento de duração limitada, sem beliscar os propósitos visados com a sua introdução neste concelho.

Considerando que a redução do número de lugares de estacionamento autorizado mediante prévio pagamento não introduz qualquer desequilíbrio na exploração dessa área de atividade da TUMG.

Considerando que se criam condições mais favoráveis ao acesso de zonas centrais da cidade e que se contribui para uma melhoria na satisfação das necessidades das populações.

**A Câmara Municipal, delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, desafetar das zonas de estacionamento de duração limitada os lugares delimitados**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

em plantas anexas e que correspondem a 14 lugares no Parque das Finanças, 58 lugares no Parque da Cerca e 15 lugares na Avenida da Liberdade.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M.

**12 - PROCESSO DISCIPLINAR PD/1/JA/2012 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL**

Assunto votado no início da reunião.

**13 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO DA DEDIS – CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO SOCIAL – AMÍLCAR MANUEL MATOS SARAIVA – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – NOTIFICAÇÃO AVULSA.**

**432** - Presente a informação I/429/2011-FO, de 11-05-2012, da DEDIS-Divisão de Educação, desporto e Intervenção Social, que apreciou os factos relativos ao atraso no pagamento das rendas da habitação social arrendada por Amílcar Manuel Matos Saraiva, sita na Rua António Lopes, n.º 99, Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, e que aqui se dá, para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida.

Nesta informação vem proposta a instauração de ação judicial de despejo e cobrança coerciva das rendas vencidas e vincendas ao arrendatário, Amílcar Manuel Matos Saraiva, ascendendo a dívida, àquela data, ao montante de 1.847,50€.

**A Câmara Municipal apreciou e considerando que:**

1. Por deliberação tomada em reunião de 18 de Março de 2010, foi aprovado um acordo de regularização de dívida de rendas em atraso dos anos de 2007 a 2010, com o inquilino em causa, nos termos do qual o mesmo deveria iniciar o pagamento da 1.ª prestação em abril do mesmo ano. A dívida, à data, no valor de 1.497,68€ (mil quatrocentos e noventa e sete euros e sessenta e oito cêntimos) deveria ser paga em 36 prestações mensais, no valor de 41,60€, acrescida ainda da renda mensal do mês em curso;

2. Desde a celebração do acordo, o inquilino pagou apenas duas prestações no valor unitário de 41,60€, nada tendo feito mesmo depois de alertado para as consequências do incumprimento;
3. Nos termos do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, e do art.º 1038.º do Código Civil, são deveres dos arrendatários o pagamento atempado da renda e ainda o cumprimento dos acordos de regularização de dívida;
4. De acordo com o previsto no art.º 1083.º, n.º 2 do C.C., constitui fundamento para a resolução do contrato *“...o incumprimento que, pela sua gravidade ou consequências, torne inexigível ao município a manutenção do arrendamento, designadamente quanto à resolução pelo senhorio”*;
5. No n.º 3 do mesmo artigo 1083.º preceitua-se que *“É inexigível ao senhorio a manutenção do arrendamento em caso de mora superior a três meses no pagamento da renda...”*;
6. A forma de operar a resolução do contrato consta do art.º 1084.º do C.C., no qual se prevê no n.º 1 a resolução por comunicação fundada no atraso de pagamento de rendas superior a três meses e no seu n.º 2 a resolução decretada nos termos da lei de processo, ou seja, pela via judicial, seguindo-se a acção de despejo prevista no art.º 14.º do NRAU e que tem por objectivo *“...fazer cessar a situação jurídica do arrendamento, sempre que a lei imponha o recurso á via judicial...”* e que segue a forma de processo comum declarativo;
7. A comunicação efectuada pelo senhorio destinada à resolução do contrato por falta de pagamento das rendas, nos termos do art.º 1084.º, n.º 1 do C.C., é efectuada mediante notificação avulsa, ou mediante contacto pessoal de advogado, solicitador ou solicitador de execução, na pessoa do notificando que recebe cópia da comunicação e dos documentos que a acompanham, assinando o original, concedendo ao arrendatário um novo prazo para pagamento integral dos valores em dívida – cfr. art.º 9.º, n.º 7 do NRAU,
8. Sendo a habitação social um bem escasso e tão necessário ao município para alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos que se encontram em “lista de espera”, não pode tolerar-se a manutenção de situações de falta de pagamento das rendas por um tão longo período de tempo e a total inércia e desprezo do arrendatário pelo cumprimento dos seus mais elementares deveres nesta matéria,

**delibera resolver o contrato de arrendamento celebrado com Amílcar Manuel Matos Saraiva, por falta de pagamento de rendas dos anos de 2007 a 2010 e de Fevereiro**

a Maio de 2012, ao abrigo do previsto no art.º 1084.º, n.º 1 *ex vi* art.º 1083.º, n.º 3 do Código Civil.

Para o efeito, delibera cometer à Divisão Jurídica e de Contratação Pública, a remessa do processo ao escritório do Dr. Victor Faria, na qualidade de advogado avençado da Câmara, para:

- a) Formalizar a comunicação da resolução do contrato, através de notificação avulsa ou de contacto pessoal, nos termos do previsto no art.º 9.º, n.º 7 do NRAU-Novo Regime do Arrendamento Urbano, e concedendo ao arrendatário um novo prazo de 30 dias para pagamento integral de todas as rendas em atraso.
- b) Findo esse prazo sem que a dívida se mostre totalmente paga, intentar acção executiva de pagamento de renda utilizando para o efeito e como título executivo o próprio contrato de arrendamento e a notificação enviada ao arrendatária com o montante em dívida, referida na alínea anterior – art.º 15.º, n.º 2 do NRAU.”.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr. Fernando Esperança e Dr. Vítor Pereira que declarou o seguinte:

*“Abstenho-me por não estar na posse de todos os elementos, nomeadamente sociais, para que possa decidir em conformidade.”*

**14 - PROJECTO DE DECISÃO DE ORDEM DE REMOÇÃO DE SUPORTE PUBLICITÁRIO INSTALADO NA VIA PÚBLICA EM DESACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO, FRENTE AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “RESTAURANTE, CAFÉ, SNACK BAR O TELHEIRO”, SITO NA LOJA N.º 1, LOTE 7 DA AVENIDA MARGINAL, FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA, PROPRIEDADE DE MANUEL & NATÁLIA SIMÕES, LDA.**

433 - Tendo em consideração que,

Em 02 de Dezembro de 2011 a Sociedade Manuel & Natália Simões, Lda apresentou pedido de licenciamento de ocupação de espaço público com suporte publicitário, ao qual correspondeu o registo de entrada n.º 10659/2011;

Através do ofício n.º 1038/2012, de 13 de Fevereiro e nos termos neste referidos, foi comunicado à Sociedade requerente a intenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de

indeferir o referido pedido de licenciamento municipal manifestada por despacho proferido em 25 de Janeiro de 2012;

Em 17 de Fevereiro de 2012 os Serviços de Fiscalização Municipal verificaram que a Sociedade Manuel & Natália Simões, Lda, portadora do NIPC 506 158 560, se encontrava a ocupar espaço público com suporte publicitário assente numa base em betão implantada na via pública instalado frente ao estabelecimento de restauração do qual é proprietária, denominado “ Restaurante, Café, Snack Bar O Telheiro”, sito na loja n.º 1 do lote 7 da Avenida Marginal, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, sem para o efeito possuir o respectivo licenciamento municipal;

Na sequência da constatação de tal facto, foi instaurado o processo de contra-ordenação n.º 37/CO/2012, no âmbito do qual a Sociedade arguida efectuou o pagamento voluntário da coima e custas em 09 de Março de 2012.

Através do ofício n.º 1607/2012, de 20 de Março de 2012, e nos termos neste referidos, foi comunicado à Sociedade requerente o despacho de indeferimento do mencionado pedido de licenciamento municipal, proferido pelo Sr. Vice-Presidente em 19/03/2012;

Os Serviços de Fiscalização Municipal constataram que a sociedade proprietária do estabelecimento, já identificada, mantinha a sua conduta, ocupando, sem licenciamento municipal, espaço público com suporte publicitário.

Nos termos da alínea b) do artigo 2º em conjugação com o n.º 2 do artigo 1º do Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público, a ocupação de espaço público com suporte publicitário, carece de prévio licenciamento municipal.

Pelo que o suporte publicitário instalado na via pública, frente à loja n.º 1, lote 7 da Avenida Marginal, freguesia de Vieira de Leiria, se encontra a ocupar espaço público em desacordo com o disposto no Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, devendo, consequentemente, ser reposta a legalidade com a emissão de ordem de remoção do referido suporte publicitário.

**A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos do preceituado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 18º do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, notificar a Sociedade Manuel & Natália Simões, Lda, portadora do NIPC 506 158 560, proprietária do estabelecimento de restauração denominado “Restaurante, Café, Snack Bar O Telheiro”, sito na loja n.º 1, lote 7 da Avenida Marginal, freguesia de Vieira de Leiria, que dispõe de 10 dias úteis, com início no dia imediatamente**

seguinte ao da notificação da presente deliberação camarária, para se pronunciar sobre o projecto de decisão que a seguir se transmite:

A Câmara Municipal da Marinha Grande pretende ordenar à Sociedade Manuel & Natália Simões, Lda, portadora do NIPC 506 158 560, que em dez dias úteis, a contar da data da notificação da decisão final, proceda aos trabalhos de remoção do suporte publicitário instalado na via pública, frente ao estabelecimento do qual é proprietária, denominado “Restaurante, Café, Snack Bar O Telheiro”, sito na loja n.º 1 do lote 7 da Avenida Marginal, freguesia de Vieira de Leiria, que consubstancia ocupação de espaço público em desacordo com o regulamento supra mencionado.

Decorrido o prazo para o início ou conclusão dos trabalhos de remoção sem que a ordem de remoção se mostre cumprida, proceder-se-á à remoção por conta da infractora, não se responsabilizando a Câmara Municipal por quaisquer danos nos materiais removidos, nos termos dos artigos 18º e 19º do já citado Regulamento Municipal.

O desrespeito pelo acto administrativo que ordena a remoção do suporte publicitário instalado na via pública, frente ao estabelecimento sito na loja n.º 1, lote 7 Avenida Marginal, freguesia de Vieira de Leiria, instalado em desacordo com o Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano é considerado crime de desobediência nos termos do artigo 348º do Código Penal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DE FONTE SANTA – MARINHA GRANDE - CP 07/10 DIRM)” TRABALHOS A MENOS**

**434** - Presente informação da DOEM com a Ref: smv/18/12 propondo a aprovação de trabalhos a menos na empreitada “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DE FONTE SANTA – MARINHA GRANDE - CP 07/10 DIRM” adjudicada à firma SUBMERCÍ, Lda.

**A Câmara depois de apreciar os documentos e concordando com a informação com a ref. smv/18/12, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 10.634,48€ (dez mil seiscientos e trinta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos), relativos à empreitada “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DE FONTE SANTA – MARINHA GRANDE - CP 07/10 DIRM” adjudicada à firma SUBMERCÍ, Lda”, de acordo com o art. 379º do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA  
MARINHA GRANDE - CP N.º 05/10 (DEEM) - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS**

**435** - Presente informação de ref.ª LF/12-09 de 29/06/2012, que se anexa, (**Anexo 1**), a propor a aprovação de trabalhos a menos no valor de 4.531,86€ (quatro mil, quinhentos e trinta e um euros e oitenta e seis cêntimos), relativos à empreitada mencionada em epígrafe.

**A câmara municipal delibera, nos termos do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovar trabalhos a menos** no valor de 4.531,86€ (quatro mil, quinhentos e trinta e um euros e oitenta e seis cêntimos), à empresa “LENA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA”, relativos à empreitada de “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande – Concurso Público N.º 05/2010 (DEEM)”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS  
EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 –  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO.**

**436** - Presente requerimento apresentado pela firma HABITÂMEGA CONSTRUÇÕES, SA solicitando a prorrogação do prazo contratual da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA”, por mais 65 dias.

Presente informação da DOEM com a ref. AR.02.2012, na qual se propõe a ratificação da suspensão parcial da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens - Fase 1, Serviços Educativos, Galeria Municipal e Cafetaria”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, por um período de 65 dias, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, designadamente por se verificar a necessidade de introduzir alterações aos projetos de especialidade, com vista à sua compatibilização.

Considerando que o Caderno de Encargos permite a modificação do plano de trabalhos, de acordo com o disposto no n.º 3 da cláusula 8ª.

Considerando que, segundo o disposto no artigo 365º, alínea b) do CCP, o dono da obra pode ordenar a suspensão da execução dos trabalhos, entre o mais, devido à necessidade de introduzir alterações ao projeto.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.02.2012, que fica anexa (Anexo 2), e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera:**

a) ratificar a suspensão parcial da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens - Fase 1, Serviços Educativos, Galeria Municipal e Cafetaria”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, por um período de 65 dias, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, designadamente por se verificar a necessidade de introduzir alterações aos projetos de especialidade, com vista à sua compatibilização.

Delibera ainda que o empreiteiro seja notificado para apresentar novo plano de trabalhos reajustado, elaborado nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, no n.º 3 da cláusula 10ª e no n.º 3 da cláusula 8ª do caderno de encargos e no n.º 2 do artigo 13º do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO.**

**437** - Presente requerimento apresentado pela firma HABITÂMEGA CONSTRUÇÕES, SA solicitando a prorrogação do prazo contratual da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, por mais 171 dias, propondo como data de conclusão dos trabalhos o dia 19 de Abril de 2013, fundamentada essencialmente pela “... *necessidade de alteração do projecto de reforço estrutural (fase demolição) da torre de palco*”.

Presente informação da DOEM com a ref. AR.03.2012, na qual se propõe o seguinte:

- a) a ratificação da suspensão parcial da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, por um período de 97 dias, compreendido entre os dias 19 de setembro de 2011 e 19 de Dezembro de 2011 e entre os dias 23 e 27 de Fevereiro de 2012, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do Código dos Contratos Públicos (CCP), designadamente por se verificar a necessidade de introduzir alterações ao projeto de demolição do torreão da caixa de palco;
- b) o indeferimento do pedido de prorrogação do prazo contratual da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”,



nomeadamente por o período solicitado (171 dias), não coincidir com o período de suspensão parcial caracterizado (97 dias).

Considerando que o Caderno de Encargos permite a modificação do plano de trabalhos, de acordo com o disposto no n.º 3 da cláusula 8ª.

Considerando que, segundo o disposto no artigo 365º, alínea b) do CCP, o dono da obra pode ordenar a suspensão da execução dos trabalhos, entre o mais, devido à necessidade de introduzir alterações ao projeto de demolição do torreão da caixa de palco.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.03.2012, que fica anexa (Anexo 3), e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera:**

- a) **ratificar a suspensão parcial da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, por um período de 97 dias, compreendido entre os dias 19 de setembro de 2011 e 19 de dezembro de 2011 e entre os dias 23 e 27 de fevereiro de 2012, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, designadamente por se verificar a necessidade de introduzir alterações ao projeto de demolição do torreão da caixa de palco;**
- b) **indeferir o pedido de prorrogação do prazo contratual da empreitada de “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura”, nomeadamente por o período solicitado (171 dias), não coincidir com o período de suspensão parcial caracterizado anteriormente (97 dias).**

**Mais delibera notificar o empreiteiro para apresentar novo plano de trabalhos reajustado, considerando a suspensão parcial de 97 dias, aprovada nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, no n.º 3 da cláusula 8ª do caderno de encargos e no n.º 1 do artigo 13º do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO.**

**438 -** Presente informação n.º 575 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 20 de junho do corrente ano, referente à necessidade de atualização dos valores de renda, para entrada em vigor durante os meses de agosto e setembro do corrente ano.

Considerando o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio que regula o Regime de Renda Apoiada;

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação de rendimentos das famílias em causa pelos inquilinos abaixo mencionados;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

**A PARTIR DE AGOSTO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
<b>L</b>	Maria Orange Moiteiro	2.º Esq.	28/07/2008	11,07€	11,07€
<b>M</b>	Maria Júlia Calado	2.º Dto	01/08/2007	6,66€	20,42€

**Rua da Charnequinha**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
<b>44</b>	Fernanda Maria Frederico	1.º Esq.	30/07/2007	26,07€	26,07€

**Rua António Lopes**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
Horácio Freitas Marques	12	01/08/2004	42,48€	27,39€
Orlando Jesus Gomes Norte	18	09/09/2004	13,97€	13,97€
Maria Alice F. Mendes	23	10/08/2004	28,00€	54,16€
Vitorino Carlos H. Saraiva	41	01/08/2004	57,87€	58,76€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

**Rua Bairro do Camarnal**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
José António Carreira Santos	41	01/08/2004	123,37€	119,54€

**A PARTIR DE SETEMBRO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
M	Leonel Vieira Cunha	1.º Dto	17/09/2010	56,93€	60,52€
M	Maria de Lurdes Matos	2.º Esq.	03/09/2007	13,20€	13,92€

**Rua da Charnequinha**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
46	Maria do Céu Ferreira	R/C Esq.	06/09/2005	36,56€	189,40€

Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, durante os meses de Agosto e Setembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE GARAGEM DEVOLUTA EFETUADO POR INQUILINA CAMARÁRIA: MARIA HELENA MARQUES CANTANTE, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 4.º FRENTE ESQUERDO, CASAL DE MALTA.**

**439** - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 7247, datado de 03/08/2011, da arrendatária mencionada em epígrafe, a solicitar a cedência de uma garagem vaga sita junto ao bloco de habitação social da Avenida da Liberdade.

Presente informação n.º 616 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, de 28 de junho de 2012, a propor a cedência, a título gratuito, da garagem solicitada pela arrendatária Maria Helena Marques Cantante.

Considerando a existência de uma garagem disponível neste bloco habitacional;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de dezembro, tem como objetivo apenas determinar o valor atualizado de fogos e não estando prevista a avaliação de garagens;

Considerando a impossibilidade de avaliar a referida área nos termos legais sobre esta matéria;

Considerando a disponibilidade da arrendatária em efetuar quaisquer benfeitorias que venham a ser necessárias, no referido espaço;

Considerando, por último, a inexistência de rendas em atraso por parte da inquilina;

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a cedência, a título gratuito, da garagem solicitada pela arrendatária - Maria Helena Marques Cantante - residente na fração correspondente ao 4.º Frente Esquerdo do Bloco L, sito na Avenida da Liberdade, Casal de Malta.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE GARAGEM DEVOLUTA EFETUADO POR INQUILINA CAMARÁRIA: AUGUSTA DE JESUS QUEIMADELAS, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA**

**440** - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 7380, datado de 10/08/2011, da arrendatária mencionada em epígrafe, a solicitar a cedência de uma garagem vaga sita junto ao bloco de habitação social da Avenida da Liberdade.

Presente informação n.º 613 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, de 28 de junho de 2012, a propor a cedência, a título gratuito, da garagem solicitada pela arrendatária Augusta de Jesus Queimadelas.

Considerando a existência de uma garagem disponível neste bloco habitacional;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de dezembro, tem como objetivo apenas determinar o valor atualizado de fogos e não estando prevista a avaliação de garagens;

Considerando a impossibilidade de avaliar a referida área nos termos legais sobre esta matéria;

Considerando a disponibilidade da arrendatária em efetuar quaisquer benfeitorias que venham a ser necessárias, no referido espaço;

Considerando, por último, a inexistência de rendas em atraso por parte da inquilina;

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a cedência, a título gratuito, da garagem solicitada pela arrendatária Augusta de Jesus Hilário Queimadelas, residente na fração correspondente ao 3.º Esquerdo do Bloco L, sito na Avenida da Liberdade, Casal de Malta.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA AUGUSTA DE JESUS HILÁRIO QUEIMADELAS PARA A FRACÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.º ESQUERDO DO BLOCO M DA AVENIDA DA LIBERDADE, POR MOTIVOS DE SAÚDE E ADEQUAÇÃO DA DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR À TIPOLOGIA HABITACIONAL.**

**441** - Presente informação n.º 627/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, de 28 de junho de 2012, sobre a necessidade de transferência habitacional de Augusta de Jesus Hilário Queimadelas para o 3.º esquerdo do Bloco M sito na Avenida da Liberdade, por motivos de saúde e de adequação de tipologia habitacional.

Considerando o pedido foi formalizado pela arrendatária, através do registo de entrada n.º 4070, datado de 6 de maio de 2011;

Considerando a necessidade premente em ajustar a dimensão do agregado familiar a uma tipologia habitacional adequada à condição do mesmo;

Considerando o(s) problema(s) de saúde da arrendatária;

Considerando a existência de um apartamento disponível adequado à dimensão deste agregado familiar que, atualmente já se encontra em condições plenas para ser atribuído.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

Considerando por último que a transferência de Augusta de Jesus Hilário Queimadelas para a fração correspondente ao 3.º Esq.º do Bloco M, sito na Avenida da Liberdade, irá proporcionar uma melhoria nas condições de bem-estar desta família.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar a transferência da inquilina Augusta de Jesus Hilário Queimadelas para a fração correspondente ao 3.º esquerdo do Bloco M da Avenida da Liberdade.**

**Mais delibera não existir necessidade de se proceder à atualização do valor da renda da arrendatária em causa, uma vez que mesma já foi alvo de análise em reunião de câmara de 20 de junho de 2012.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARIA CAPITOLINA LOURENÇO DA HABITAÇÃO N.º 30 DA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE PARA A N.º 96 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVO DE IDADE E DE SAÚDE.**

**442** - Presente informação n.º 629 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, de 29/06/2012, sobre a necessidade de transferência habitacional de Maria Capitolina Lourenço, por motivos de idade e saúde.

Considerando o pedido de transferência habitacional efetuado pela arrendatária em questão através de carta registada com o n.º 277/2012, de 10 de janeiro.

Considerando o relatório médico elaborado pelo Centro de Saúde da Marinha Grande atestando as limitações de saúde;

Considerando que o agregado familiar, inicialmente constituído por três elementos, atualmente está reduzido apenas a dois;

Considerando que a tipologia da habitação que ocupa já não se adequa à dimensão do agregado familiar;

Considerando que, no referido bairro, existe atualmente uma habitação térrea disponível sita na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 96, Camarnal que, atendendo à situação deste agregado, poderá contribuir em muito para a melhoria das suas condições de vida e, conseqüentemente de bem estar.

Considerando, por último que ao abrigo do n.º 1 do art.º 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ A transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivo de idade, doença grave...”

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar a transferência habitacional da inquilina Maria Capitolina Lourenço da habitação n.º 30 sita na Rua Adriano Marques Nobre, para a n.º 96 sita também na referida rua.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARIA ALICE DE JESUS DA HABITAÇÃO N.º 82 DA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE PARA A N.º 105 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVO DE IDADE E DE SAÚDE.**

**443** - Presente informação n.º 632 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, de 29/06/2012, a dar conta da necessidade de transferência habitacional de Maria Alice de Jesus, por motivos de idade e saúde.

Considerando o pedido de transferência habitacional efetuado pela arrendatária em questão através de carta registada com o n.º 841/2012, de 26 de janeiro.

Considerando a avançada idade da arrendatária;

Considerando que o agregado familiar, inicialmente constituído por dois elementos, atualmente está reduzido apenas a um só;

Considerando que a tipologia da habitação que ocupa já não se adequa à dimensão do agregado familiar;

Considerando que, no referido bairro, existe atualmente uma habitação térrea de tipologia T1 disponível, sita na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 105, Camarnal que, permitirá ajustar a tipologia habitacional à atual dimensão deste agregado familiar isolado;

Considerando, por último que ao abrigo do n.º 1 do art.º 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ A transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivo de idade, doença grave...”

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar a transferência habitacional da inquilina Maria Alice de Jesus da habitação n.º 82 sita na Rua Adriano Marques Nobre, para a n.º 105 sita também na referida rua.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**25 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE PAULO ALEXANDRE CALADO GRÁCIO, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 3.º FRENTE ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO: SILVINA RODRIGUES CALADO.**

**444** - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 4754/2012, de Paulo Alexandre Calado Grácio, filho de Silvina Rodrigues Calado, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento;

Presente informação n.º 601 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 26 de junho de 2012, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado por Paulo Alexandre Calado Grácio, por morte de sua mãe.

Considerando que Silvina Rodrigues Calado era arrendatária do Município da Marinha Grande;

Considerando que Paulo Alexandre Calado Grácio, filho da falecida arrendatária com ela residia em comunhão de mesa e habitação;

Considerando que, a primitiva arrendatária faleceu no passado dia 20 de janeiro do corrente ano, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano.*”

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor,**



**concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome Paulo Alexandre Calado Grácio, contribuinte fiscal número 171 599 870.**

**Mais delibera ainda que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Paulo Alexandre Calado Grácio.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO AO MUSEU DO VIDRO POR PARTE DA ARTISTA PLÁSTICA LÚCIA SEABRA.**

**445** - Presentes e-mails com os registos de entrada E/4268/2012 e E/13257/2010, datados de 28 de maio de 2012 e de 10 de novembro de 2010, respetivamente, relativos à intenção de doação de uma obra que esteve patente na Bienal de Artes Plásticas da Marinha Grande em 2010 e reproduzida no respetivo catálogo, que a seguir se enuncia:

- Instalação, sem título, em pintura a acrílico sobre tela e vidro espelhado, 180cm de altura, ano 2010, da autoria de Lúcia Seabra.

Atendendo à importância desta obra, com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos do Museu do Vidro, bem como para a sua coleção de arte contemporânea, propõe-se a aceitação do bem e a integração do acervo do Museu do Vidro, para fins exclusivamente museológicos.

**Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aceitar a doação supra referida para fins exclusivamente museológicos, uma vez que se trata de um bem com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos da do Museu do Vidro, bem como para a sua coleção de arte contemporânea, que deve ser estudado e conservado para a posteridade, e aprovar o contrato de doação em minuta.**

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - CEDÊNCIA DE FRAÇÃO SITA NO RÉS DO CHÃO DIREITO DO BLOCO 46 DA RUA DA CHARNEQUINHA À S. SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA, I.P.S.S. – EM REGIME DE COMODATO, PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE CONVÍVIO PARA IDOSOS E LOJA SOCIAL.**

**446** - Presente ofício da S. Silvestre - Associação de Solidariedade Social da Moita, I.P.S.S. – datado de 26/04/2012, com o registo de entrada n.º 3679, a solicitar a cedência de uma habitação social, com vista à instalação de um Centro de Convívio para idosos, na freguesia da Moita.

Presente informação n.º 651 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social – DEDIS - datada de 02/07/2012, a dar conta da existência de uma habitação social disponível, na referida freguesia, mais concretamente o rés do chão direito do bloco 46, sito na Rua da Charnequinha.

Considerando a área de atuação da Associação de Solidariedade Social da Moita;

Considerando a necessidade sentida pela mesma no apoio ao próximo e na ocupação dos seus idosos;

Considerando que é cada vez mais importante aproveitar da melhor forma o enorme potencial que cada um conserva, até ao fim da vida;

Considerando o interesse manifestado pela referida associação em instalar, na freguesia da Moita, um Centro de Convívio e num futuro próximo, uma Loja Social;

Considerando que a falta de instalações impossibilita o funcionamento do Centro de Convívio;

Considerando, a existência de uma habitação social disponível, de tipologia T3, no Bairro Social da freguesia da Moita,

**A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a cedência, a título gratuito, em regime de comodato, por um período de quatro anos, da fração correspondente ao rés do chão direito do bloco 46, sito na Rua da Charnequinha, freguesia da Moita à S. Silvestre - Associação de Solidariedade Social da Moita, I.P.S.S., e aprovar a minuta do contrato de comodato, que se anexa (Anexo 4).**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos, que declarou o seguinte:

*“Abstenho-me embora concordando com a materialidade da função social a instalar (centro de convívio para idosos), mas tenho dúvida se não fere a função formal”.*

## **28 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quatro de julho de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica "Total de Disponibilidades": 986.109,85 € (novecentos e oitenta e seis mil cento e nove euros e oitenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

## **29 - ATENDIMENTO PÚBLICO**

**Sendo a presente reunião, nos termos do art.º 84º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pública, a partir das 12,00 horas foi concedido um período de intervenção aberto ao público (art.º 84º, n.º 5 dos diplomas citados).**

**Encontrava-se inscrito para ser atendido o seguinte munícipe:**

1 — Sr. João A. Dinis, residente em Vieira de Leiria, que pretendia apresentar o assunto relativo ao espólio da ex-Fábrica de Aços Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, apesar de o mesmo já ser do conhecimento do executivo.

**O munícipe não compareceu.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida pelas 13:00 horas, para almoço, sendo retomada pelas 14:00 horas.

- Antes de se retomar a ordem do dia, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que foi contar os lugares de estacionamento livres na Cerca e não são 58 mas sim 41, pelo que deve ser pedido esclarecimento ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da TUMG.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

447 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. **EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS ESPAÇOS (BAR E CAMPO DE TÊNIS) EM S. PEDRO DE MOEL. DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO.**
2. **ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – PROPRIETÁRIA: ISABEL MARIA MARQUES LEMOS – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – MEDIDA CAUTELAR PREVENTIVA E TEMPORÁRIA – AUDIÊNCIA PRÉVIA.**
3. **DECISÃO FINAL DE ORDEM DE REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO EM DESACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO FRENTE AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “COFFEE BAR”, SITO NO N.º 2A DA RUA INFANTE D. HENRIQUE, FREGUESIA DA MARINHA GRANDE, EXPLORADO POR RUI PAULO DOS SANTOS GOMES**
4. **AFIXAÇÃO DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 13/CO/2012 – INFRATORA: SMARTER FASHION PORTUGAL, LDª. - REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – REMOÇÃO JÁ EFETUADA – ARQUIVAMENTO.**
5. **VALÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2012/2013 – NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS ESPAÇOS (BAR E CAMPO DE TÊNIS) EM S. PEDRO DE MOEL. DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO.

**448** - Presente requerimento apresentado por Miguel de Bastos André, Unipessoal, Lda., no qual solicita a dispensa de prestação de caução relativa a 50 % do preço a pagar até ao dia 15 de setembro de 2012, alegando dificuldades na sua obtenção tendo em conta as restrições das entidades bancárias e os seus elevados custos.

Considerando que é do conhecimento desta autarquia que as instituições bancárias, por imposições externas, têm vindo a aumentar as exigências no que concerne à prestação de cauções e simultaneamente a elevar os respetivos custos de forma drástica.

Considerando que na data da celebração do contrato identificado em epígrafe é devido o pagamento de 20 % do preço total e que se admite a liquidação apenas de 50 % desse valor, desde que sobre a restante parte seja prestada caução.

Considerando que a liquidação de 10 % do preço contratual assegura já o período correspondente a um ano de duração do contrato e que a restante parte deve ser liquidada até ao dia 15 de setembro de 2012.

Considerando que a falta de pagamento do preço devido constitui causa de resolução do contrato.

**A Câmara Municipal delibera dispensar a prestação de caução relativa a 50 % do preço devido na data de celebração do contrato, cujo pagamento deve ocorrer até ao dia 15 de setembro de 2012, sob pena de resolução do contrato.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – PROPRIETÁRIA: ISABEL MARIA MARQUES LEMOS – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – MEDIDA CAUTELAR PREVENTIVA E TEMPORÁRIA – AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

**449** - Presente o processo administrativo que tem por objeto várias reclamações apresentadas desde 2007, por Jorge Miguel Tavares Couceiro de Sousa, relativas a excesso de ruído produzido pelo funcionamento do estabelecimento de bebidas denominado “Rosis Pub”, sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 23, S. Pedro de Moel, propriedade de Isabel Maria Marques Lemos, que confina com a sua habitação sita no n.º 25 da mesma rua, e no âmbito do qual foram praticados, entre outros, os seguintes atos tendo em vista a resolução do litígio:

Em 06-04-2011, pelo ofício n.º S/1643/2011, o Presidente da Câmara determinou à proprietária do estabelecimento, Isabel Maria Marques Lemos, «a adoção de todas as medidas julgadas convenientes a não perturbar o descanso e tranquilidade dos residentes da zona».

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

Em 06-04-2011 (e até 16-10-2011), foram enviados vários ofícios ao Laboratório de Saúde Pública de Leiria, visando obter a realização dos testes de avaliação acústica e do grau de incomodidade devida a ruído (ofício S/1523/2011 e insistências pelos ofícios S/2449/2011, S/4021/2011 e S/6978/2011).

Em 14-04-2011, o reclamante reiterou o pedido de realização de novos testes de avaliação acústica e de ruído no estabelecimento.

Em 05-05-2011 e face à ausência de resposta da proprietária, foi enviado ofício n.º S/2005/2011, solicitando informação sobre quais as diligências adotadas para cumprimento daquela notificação, bem como os resultados alcançados com as mesmas.

Em 12-05-2011, o reclamante apresentou novo requerimento no qual esclareceu as condições em que, no seu entender, deveriam ser realizados os testes de ruído.

Tendo o laboratório de Saúde Pública de Leiria respondido via e-mail em 13-02-2012, que não poderia realizar os testes solicitados, a Câmara Municipal optou por adjudicar esse serviço a uma entidade externa devidamente credenciada (RI 7267/2012).

Em 18-05-2011 foi recebida carta da proprietária do estabelecimento, na qual informava que foi instalado um limitador de som que foi regulado e selado dentro das normas legais pela empresa Pedamb, Lda., que havia realizado as medições de ruído anteriores.

Em 22-11-2011 foi recebido novo requerimento dos mandatários do reclamante, no qual solicitavam a prática de vários atos administrativos, entre os quais o encerramento imediato do estabelecimento e a revogação da licença de ocupação do espaço público concedida, por continuação do excesso de ruído.

Consequentemente, em 13-12-2011, foi a proprietária do estabelecimento notificada pelo ofício S/6959/2011 para, em sede de audiência prévia, se pronunciar sobre o conteúdo do requerimento do reclamante.

Em 02-01-2012, veio a reclamante impugnar aquelas pretensões do reclamante e imputar qualquer ruído audível na sua habitação a eventuais defeitos de construção da mesma, da responsabilidade do reclamante, por alegada inexistência de isolamento térmico ou acústico, anexando cópia de relatório de avaliação de conformidade acústica realizado pela laboratório Pedamb-Engenharia Ambiental, Lda., no qual se concluiu que o estabelecimento «satisfaz o limite regulamentar»;

Do relatório de avaliação de ruído ambiental recebido em 13-04-2012 e mandado realizar por esta Câmara Municipal à sociedade MMLAB-Laboratório de Medições Manuel Martins, Serviço de Engenharia, Lda., resultou que o critério de incomodidade provocado pelo

funcionamento do estabelecimento, no período noturno, apresentou o valor de 11,7 dB(A) quando o limite máximo legalmente permitido é de apenas 5 dB(A).

Notificada a proprietária do estabelecimento, na pessoa da sua mandatária, Dr<sup>a</sup>. Catarina Leal, pelo ofício S/2063/2012, de 24-04-2012, respondeu a mesma em 07-05-2012, apontando ao referido Relatório diversas “irregularidades”, invocando a sua nulidade e ainda, reiterando a sua posição de *“tomar todas as medidas que se considerarem necessárias para que o requerente não se sinta incomodado com o funcionamento do seu estabelecimento comercial.”*

Em resposta ao nosso ofício de 15-05-2012, a empresa responsável pelo Relatório prestou os devidos esclarecimentos por ofício recebido em 25-05-2012.

**A Câmara apreciou e tendo em consideração que:**

- Não obstante as notificações enviadas à proprietária pela Câmara Municipal e a alegada predisposição manifestada por aquela, de adotar as medidas necessárias à eliminação do ruído incomodativo provocado na habitação do reclamante, a verdade é que os níveis de ruído se mantêm bastante acima do limite legal de 5 dB(A), não se tendo verificado melhoria da situação que tem motivado as reclamações e que incidem, fundamentalmente, sobre o período noturno;
- No caso concreto, temos por um lado o direito dos moradores e do reclamante ao repouso, ao sono e a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado e, por outro, o direito dos comerciantes ao retorno do seu investimento e à busca do lucro;
- Segundo conclusões da Organização Mundial de Saúde, o ruído constitui uma ofensa ecológica com repercussões psicológicas e fisiológicas graves, podendo implicar, além do mais, distúrbios no sono e problemas psicológicos como a irritabilidade, a fadiga e a diminuição da capacidade de concentração;
- O direito à qualidade de vida tem vindo a assumir um papel preponderante no topo das preocupações de todos os ordenamentos jurídicos e da legislação hodierna, não podendo ceder perante outros de categoria considerada inferior, procurando-se que a sua limitação não exceda a exacta proporção em que é exigida pela tutela razoável de todos os interesses;
- O descanso, a tranquilidade e o sono são direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, que se inserem no direito à integridade física, preceituando o art.º 25.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa que *“A integridade moral e física das pessoas é inviolável”*.

- O período noturno é fixado entre as 23 e as 7 horas – art.º 3.º, alínea p), iii) do Regulamento geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto;
- O exercício de actividades ruidosas permanentes em zonas mistas ou sensíveis ou nas suas envolventes – como é o caso do estabelecimento “Rosis Pub”, sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 23, S. Pedro de Moel - está vinculado ao cumprimento dos valores limite de exposição fixados no art.º 11.º do Regulamento Geral do Ruído e ao cumprimento do critério de incomodidade considerado no art.º 13.º n.º 1 do mesmo Regulamento, que a proprietária tem vindo a afrontar com o funcionamento do seu estabelecimento, em especial no período noturno;
- A Câmara Municipal, enquanto entidade fiscalizadora do Regulamento Geral do Ruído, pode ordenar a adopção das medidas imprescindíveis para evitar a produção de danos graves para a saúde humana e para o bem-estar das populações em resultado de actividades que violem o disposto no Regulamento Geral de Ruído, como ficou demonstrado no Relatório de Avaliação de Ruído Ambiental que mandou realizar,

**Delibera, nos termos e ao abrigo da competência que lhe é conferida, conjugadamente, pelos artigos 26.º, alíneas b) e d) e 27.º, do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, notificar a proprietária do estabelecimento, Isabel Maria Marques Lemos, na pessoa da sua mandatária, Dr.ª Catarina Leal, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, para no prazo de 10 dias a contar do recebimento da notificação desta deliberação, se pronunciar sobre a sua intenção de ordenar o encerramento preventivo do estabelecimento às 23 horas, todos os dias da semana, de modo a evitar as consequências do excesso de ruído incomodativo que o funcionamento do estabelecimento tem vindo a causar, em violação do limite legal do critério de incomodidade que é de apenas 5 dB(A).**

Enquanto medida cautelar e preventiva, é intenção da Câmara Municipal manter a mesma até que a proprietária do estabelecimento execute todas as medidas e intervenções que se mostrarem adequadas à cessação definitiva das fontes causadoras do ruído incomodativo medido e informe esta entidade das mesmas e dos resultados obtidos.

O posterior incumprimento da medida cautelar que vier a ser determinada, constitui contraordenação grave prevista e punível pelo art.º 28.º, n.º 2, alínea i) do citado RGR, conjugada com o art.º 22.º, n.º 3, alínea a), com coima graduada de 2.000€ a 10.000, em caso de negligência e de 6.000€ a 20.000€, em caso de dolo.



Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Dr. Fernando Esperança.

**3 - DECISÃO FINAL DE ORDEM DE REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO EM DESACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO FRENTE AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “COFFEE BAR”, SITO NO N.º 2A DA RUA INFANTE D. HENRIQUE, FREGUESIA DA MARINHA GRANDE, EXPLORADO POR RUI PAULO DOS SANTOS GOMES**

**450** - Presentes Ofício n.º S/2793/2012, de 18/06/2012 e respectiva certidão de notificação pessoal, através dos quais o interessado foi notificado do projecto de decisão de ordem de remoção de mobiliário urbano. (Anexo 2)

Presente Projecto de decisão de ordem de remoção do mobiliário urbano sito frente ao estabelecimento denominado “Coffee Bar”, instalado no n.º 2A da Rua Infante D. Henrique, freguesia da Marinha Grande, explorado por Rui Paulo dos Santos Gomes, aprovada em deliberação camarária de 06/06/2012 (Anexo 1)

**Tendo em consideração que,**

- a) Rui Paulo dos Santos Gomes, portador do NIF 188 068 031, foi notificado, em 18/06/2012, em sede de audiência prévia, para se pronunciar sobre o projecto de decisão de ordem de remoção do mobiliário urbano sito frente ao estabelecimento denominado “Coffee Bar”, sito no n.º 2A da Rua Infante D. Henrique, freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande, aprovada por deliberação camarária de 06 de Junho de 2012.
- b) Na sequência da notificação para o efeito, o interessado não veio exercer o seu direito de defesa e participação no procedimento administrativo;
- c) Continuando o ora interessado a reiterar a sua conduta ilícita, ocupando espaço público com esplanada sem para o efeito possuir a respectiva licença municipal, mantêm-se inalteráveis os fundamentos que motivaram o projecto de decisão de ordem de remoção.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos do preceituado no artigo 18º do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, se notifique Rui Paulo dos Santos Gomes, portador do NIF n.º 188 068 031, explorador do estabelecimento de bebidas denominado “Coffee Bar”, sito no n.º 2A da Rua Infante D. Henrique, freguesia da Marinha Grande, da Ordem de Remoção que a seguir se transmite:

A Câmara Municipal da Marinha Grande, ordena a Rui Paulo dos Santos Gomes que proceda aos trabalhos de remoção de todo o mobiliário urbano sito frente ao estabelecimento que explora, no n.º 2A da Rua Infante D. Henrique, freguesia da Marinha Grande, nomeadamente das cadeiras, mesas e prumos de madeira, que consubstancia uma

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/07/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

ocupação de espaço público em desacordo com o disposto no supra referido Regulamento Municipal, no prazo de 10 dias úteis, com início no dia imediatamente seguinte ao da notificação da presente ordem de remoção.

Decorrido o prazo para o início/conclusão dos trabalhos de remoção sem que a presente ordem se mostre cumprida, proceder-se-á, nos termos do artigo 19º do citado Regulamento, à remoção por conta do infractor, não se responsabilizando a Câmara Municipal por quaisquer danos nos materiais removidos.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - AFIXAÇÃO DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 13/CO/2012 – INFRATORA: SMARTER FASHION PORTUGAL, LDª. - REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – REMOÇÃO JÁ EFETUADA – ARQUIVAMENTO.**

**451** - Esta Câmara Municipal em sua reunião de 6 de Junho último deliberou, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 18.º, n.ºs. 1 do citado Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, e tendo em conta que a infratora Smarter Fashion Portugal, Ldª. nada havia feito para repor a legalidade violada mantendo, abusiva e ilicitamente um dos suportes publicitários no local onde foi afixado, em violação das normas regulamentares referidas, notificar a mesma de que nos termos e fundamentos de facto e de direito expostos naquela mesma deliberação, era sua intenção ordenar a remoção de todos suportes, no prazo de 10 dias úteis, precedendo audiência do interessado.

A sociedade infratora foi devida e regularmente notificada desta deliberação pelo ofício S/2796/2012, de 18-06-2012, para em sede de audiência prévia dizer o que se lhe oferecesse, tendo respondido em 25-06-2012 (registo de entrada E/5020/2012), informando que iriam diligenciar pela remoção do suporte publicitário pelos seus próprios meios.

**Nestes termos e porque a remoção do suporte publicitário foi já confirmada pelos serviços da Divisão Jurídica e de Contratação Pública, a Câmara Municipal, delibera determinar o arquivamento do processo por inutilidade superveniente da deliberação final de remoção do painel que se encontrava afixado na fachada do estabelecimento, nos termos do previsto no art.º 112.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - VALÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2012/2013 – NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

**452** - Presente a informação n.º 582, de 21 de junho de 2012, da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, na qual se dá conta da necessidade de uma revisão das normas para o funcionamento da valência de Prolongamento de Horário nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Marinha Grande, a serem implementadas, a partir do próximo ano letivo 2012/2013.

Propõe-se ainda a aplicação de uma redução de 40% do valor estipulado para cada um dos escalões previstos na Tabela de Comparticipação Familiar pela utilização da valência de Prolongamento de Horário nos Estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho.

Assim, considerando que:

- 1 - No ensino Pré-Escolar, o Ministério da Educação recomenda uma componente letiva de cinco horas diárias, ou seja, vinte e cinco horas semanais, horário esse que nem sempre corresponde às verdadeiras necessidades das famílias;
- 2 - Tem sido objetivo primordial deste Município proporcionar atividades para além das referidas cinco horas diárias, denominadas por Prolongamento de Horário, assim como atividades durante as interrupções letivas, as quais visam suprir essas necessidades;
- 3 - Nos termos do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, do Ministério da Educação e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, são definidas as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das Componentes de Apoio à Família dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- 4 - A tabela de Comparticipação Familiar para frequência da valência de Prolongamento de Horário foi reajustada já no ano letivo transato aos princípios atuais que regem a Ação Social Escolar, definidos nos termos do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, e tendo por base de cálculo o posicionamento dos alunos nos escalões de rendimento para atribuição do Abono de Família;
- 5 – Cada vez mais, é necessário ter em conta contexto socioeconómico do País, e por conseguinte, das famílias.

**A Câmara apreciou a informação e delibera ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada**

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 16

pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o n.º 1 do artigo 12.º do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, do Ministério da Educação e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aprovar as normas que definem o Funcionamento da Componente de Apoio à Família para o ano letivo 2012/2013, que constam como anexo 1 da presente deliberação (Anexo 5 da presente ata).

Mais delibera, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o n.º 1 do artigo 12.º do Despacho n.º 300/97, de 9 de setembro, do Ministério da Educação e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aprovar a tabela de Comparticipação Familiar pela utilização dos Serviços de Apoio à Família em estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, designadamente a redução em 40% do valor estipulado para cada um dos escalões previstos na tabela, bem como a correspondência dos escalões de rendimentos aos respetivos escalões de abono, conforme tabela que consta como anexo 2 da presente deliberação (Anexo 6 da presente ata).

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

\*\*\*\*\*

### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

453 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

## O Presidente

### A Secretária da reunião